



O Princípio Que Se Quis Eterno

Perceber o modo como a filosofia clássica quis nomear a origem exige perceber, antes de tudo, a gramática de inteligibilidade que a sustenta: quando a experiência aparece como instável e fragmentada, a razão procura um ponto que não se move, não por gosto de imobilidade, mas por necessidade de medida. Na palavra grega *archê* cruzam-se princípio e governo, começo e regência: a origem vale como começo apenas porque pode governar o que dela procede. É deste nexo que nasce a associação, tenaz e recorrente, entre o primeiro e o imóvel — associação que não é capricho especulativo, mas resposta estratégica a um problema de conhecimento.

Parménides formula a resposta mais rigorosa e também a mais custosa. O ser é, o não-ser não é: não há via pensável para a ausência. Desse axioma segue-se a rejeição de gênese e corrupção, multiplicidade e devir, antes e depois; o pensamento coincide com o ser e não pode pensar o que não é. A inteligibilidade compra-se ao preço da eliminação do tempo; a verdade (*alétheia*) exige um real uno e imutável, enquanto a *doxa* descreve o mundo opinável dos mortais. Este gesto não erra: delimita o que a razão pode dizer sem se contradizer. Mas tem um custo ontológico e cosmológico elevado: a pluralidade sensível torna-se aparência; a mudança, um erro sem lugar no discurso que pretende necessidade. O ganho é a coerência; a perda, o mundo.

Heraclito é apresentado como antípoda, mas a sua divergência é mais subtil. “Tudo flui” não equivale a indeterminação; o devir não é dissolução, é tensão medida. O *logos*, comum e anterior, não fixa um ser imóvel; fixa uma proporção que regula os contrários. Guerra é pai de todas as coisas porque a ordem nasce do conflito; mas há medida (*metron*) na alternância, razão na oscilação. A origem, aqui, não é substância; é norma inscrita no real, uma legalidade que não repousa em entidade, mas em ritmo. Onde Parménides fixa o ser para salvar a necessidade, Heraclito fixa o *logos* para salvar a inteligibilidade do próprio devir. Em ambos, o lugar da origem é um lugar de exceção: o que garante o pensamento não participa do movimento que se pensa.

Platão transfere esta exceção para um plano explicitamente separado. A teoria das Formas exige que a ciência (*epistémê*) incida sobre o que não muda; o sensível, posto sob a marca da participação (*methexis*), é cópia imperfeita de modelos perfeitos. O problema de Parménides — como pensar sem contradição — e o problema de Heraclito — como ordenar o fluxo — convergem num mesmo dispositivo: a verdade reside no inteligível. O *Timen* radicaliza esta arquitetura com o artífice e o paradigma; o tempo torna-se “imagem móvel da eternidade”, isto é, derivação do que permanece. A *chôra*, recetáculo de todas as formas, não possui natureza própria; disponibiliza-se à inscrição da Ideia. A origem platónica não é início cronológico, mas causa paradigmática: aquilo à luz do qual tudo se torna cognoscível. Deste modo, a imutabilidade deixa de ser apenas garantia lógica e torna-se hierarquia ontológica: o que verdadeiramente é encontra-se fora do tempo, e é essa exterioridade que autoriza o juízo.

Aristóteles recusa o corte (*chôrismos*) entre inteligível e sensível, mas conserva a exceção sob outra figura. A sua ontologia é uma engenharia do movimento: forma e matéria, ato e potência, quatro causas, continuidade do devir. O motor imóvel é causa final, não empurra; atrai como perfeição pensante que pensa a si mesma (*noêsis noêseôs*), e por isso

move sem se mover. A teleologia, aqui, não é devaneio edificante; é gramática de explicação: o porquê do devir exige um fim intrínseco às coisas, princípio de unidade que governa a passagem da potência ao ato. A origem aristotélica não se afasta do mundo, organiza-o a partir de dentro. Mas permanece intacta a estrutura de exceção: para que o movimento seja inteligível, há que pensar um princípio que, para ser princípio, não pode ele mesmo estar em movimento. Concilia-se o mundo com a razão, mas mantém-se o privilégio do imóvel como garantia última de sentido.

Vistas em conjunto, estas quatro figuras não repetem a mesma tese; compõem uma tipologia da fixação: aqui, fixidez ontológica (Parménides); ali, fixidez normativa (o logos heraclíteo); acolá, fixidez paradigmática (as Formas platónicas); por fim, fixidez teleológica (o motor imóvel como fim puro). A diferença é real, a função é análoga: sustentar a ciência e a filosofia num princípio que não seja tragado pelo que pretende explicar. É decisivo sublinhar que se trata de construções coerentes com o horizonte epistémico do seu tempo. A recusa da dispersão não é medo; é método. Quando a experiência não oferece dispositivos estáveis de mensuração e repetição, a estabilidade precisa ser pensada como condição do conhecer. O “príncípio eterno” não é uma fuga; é uma técnica de anulação do ruído.

O reverso desta técnica é a sistemática subordinação do tempo. Em Parménides, o antes e o depois são excluídos do discurso verdadeiro; em Heraclito, o tempo é a arena onde a medida se cumpre, não o seu fundamento; em Platão, o tempo deve a sua figura a um modelo que o transcende; em Aristóteles, a temporalidade do movimento realiza uma tendência que a antecede como forma e fim. Em nenhuma destas configurações o tempo possui primazia ontológica; é sempre derivado daquilo que, para fazer conhecer, não pode sofrer o que o tempo impõe. Este é o gesto clássico por excelência: tornar a variação pensável limitando-a por um regime de permanência que lhe é superior.

Importa, contudo, não confundir esta superioridade filosófica com imutabilidade física. O imóvel de Parménides não é uma partícula; o logos de Heraclito não é uma constante mensurável; a Ideia de Platão não é estrutura matemática disponível a observação; o motor imóvel de Aristóteles não é um objeto cósmico silencioso. O vocabulário da permanência opera aqui num plano lógico-ontológico: define as condições da verdade e do ser, não hipóteses sobre o comportamento de corpos no espaço. Dizer que o tempo é derivado não é propor uma lei natural, é propor uma hierarquia de inteligibilidade. Evita-se, assim, o anacronismo de ler o imóvel clássico com os olhos de uma física que não existia: o que estava em causa era a arquitetura do discurso verdadeiro, não a descrição empírica de movimentos.

Este núcleo clássico tornou-se fecundo precisamente porque deu uma solução unificada a problemas heterogêneos: estabilizou a relação entre pensamento e ser, deu ao conhecimento um objeto digno, reconfigurou o estatuto do sensível e impôs uma noção de causa adequada à explicação. O preço foi a sobreDeterminação do princípio: para garantir o saber, a origem ficou investida de um privilégio ontológico que, de formas diversas, a colocou acima do devir. As divergências internas — do uno imóvel à tensão medida, do modelo eterno ao fim intrínseco — não eliminam a matriz: o que verdadeiramente começa, governa; o que governa, não muda.

Colocada neste ponto, a crítica não é moral nem pedagógica; é genealógica. O que aqui se interroga não é a “verdade” de Parménides, Heraclito, Platão ou Aristóteles, mas a eficácia do dispositivo que herdaram e transformaram: pode a inteligibilidade continuar a depender de uma exceção ontológica ao movimento? A interrogação não desqualifica a

solução clássica; mede a sua área de validade. Que a razão precisasse de um imóvel para nascer como razão é uma hipótese historicamente inteligível. Que continue a precisar dele é o que deve ser examinado quando se troca o horizonte de essências por horizontes de processos.

À luz desse exame, a Ontologia da Complexidade Emergente desloca o problema sem desautorizar a sua história. A origem deixa de ser substância, modelo ou fim; torna-se nome para o acontecimento local em que um campo material-simbólico alcança consistência suficiente para instituir regularidade. A estabilidade não precede; emerge como efeito de compatibilidades que podem desfazer-se; o tempo não é devir degradado de uma eternidade, é o próprio meio em que as regularidades se instituem e se transformam. Ao invés de um princípio que governa por exceção, propõe-se uma governança imanente das formas por processos de organização que não precisam de exterior ontológico. Esta reformulação não converte os clássicos em erro; mostra antes que a estratégia de salvar o saber pela permanência pode ser substituída por outra: salvar a inteligibilidade pela análise das operações que produzem, mantêm e desfazem as figuras do mundo. Onde o passado exigiu um “princípio que se quis eterno”, o presente pode reconhecer principiações plurais, finitas e revisíveis, sem renunciar ao rigor que motivou, desde o início, a procura de um começo capaz de governar.

"A origem não é o que permanece; é o que se instala apenas enquanto dura a sua eficácia material."

— David Cota — Fundador da Ontologia da Complexidade Emergente —